



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555.

Tel.: (84) 3232-7134/3232-7136 E-mail: cgmp@mprn.mp.br

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA N.º 12.013/2018-CGMP

INTERESSADOS: ORLEANDRO CARLOTA DA SILVA E OUTROS.

OBJETO: CONSULTA SOBRE ALIMENTAÇÃO DAS PASTAS E LIVROS OBRIGATÓRIOS EM PROMOTORIAS DE JUSTIÇA, PROMOTORIA REGIONAL E COORDENAÇÃO DE PROMOTORIA COM O MP VIRTUAL.

PARECER

1. DOS FATOS.

Trata-se de Procedimento de Gestão Administrativa, instaurado após identificação de que a consulta do técnico do Ministério Público Orleandro Carlota da Silva, da PmJ de Macau, tinha repercussão em todas as Promotorias de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e os mesmos questionamentos estavam sendo feitos, reiteradas vezes, *in loco* durante as Correições Ordinárias pelos Promotores de Justiça, no sentido de orientação acerca da alimentação de algumas pastas e livros obrigatórios a partir da implantação do programa do MP Virtual.

O consultante apresentou, em resumo, os seguintes questionamentos:

- 1) o que seriam "correspondências recebidas" e se as respostas referentes a processos, depois de digitalizadas, deveriam ir para essa pasta;
- 2) os ofícios que acompanham as guias e os protocolos recebidos devem ser colocados na pasta de "correspondências recebidas";
- 3) o que é livro de protocolo geral;
- 4) em relação às Promotorias Regionais e Coordenações de Promotorias são necessárias todas as pastas e livros discriminados no artigo 53 do RICG.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555.

Tel.: (84) 3232-7134/3232-7136 E-mail: cgmp@mprn.mp.br

Foi determinada diligência para a Diretoria da Corregedoria-Geral, cuja resposta está nas fls. 03-06.

Vieram os autos com vista.

É, em síntese, o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO.

O caso apresentado para apreciação diz respeito ao posicionamento adotado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte em relação a alimentação das pastas e dos livros que são obrigatórios, mesmo após a implantação do MP Virtual.

Embora a Corregedoria-Geral do Ministério Público seja órgão da Administração Superior encarregado da orientação aos membros do Ministério Público, a presente consulta formalizada por servidor será excepcionalmente respondida em razão da matéria ser constantemente questionada oralmente pelos Promotores de Justiça durante as Correições Ordinárias, o que gerará formalização de posicionamento por este Órgão Correicional.

Na resposta à presente consulta, levaremos em consideração que, após a instalação do MP Virtual, as pastas e os livros que foram considerados obrigatórios por força das Resoluções nº 001/2012 e nº 001/2015-CGMP devem ser os únicos existentes fisicamente nas Promotorias de Justiça, sem necessidade de criação ou manutenção de outras pastas ou outros livros, pois o objetivo da norma é desburocratizar e fazer com que os dados que se busquem sejam encontrados de forma célere, organizada e retratem fidedignamente a Promotoria de Justiça.

2.1. DA PASTA DE CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS.

Questionou-se, na consulta formulada, o que seriam "correspondências



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555.

Tel.: (84) 3232-7134/3232-7136 E-mail: cgmp@mprn.mp.br

recebidas", se as respostas referentes a processos, depois de digitalizadas, deveriam ir para essa pasta, bem como se as guias e os protocolos recebidos deveriam ter o mesmo destino.

A pasta de correspondências recebidas, com a implantação do MP Virtual, se destina ao arquivo das correspondências que tem como destinatário a Promotoria de Justiça ou o Promotor de Justiça e não se referem a notícias de fato, procedimentos e processos específicos, pois, as que se destinam a estes três últimos devem ser digitalizadas e inseridas no sistema virtualizado com a devolução imediata do documento ao remetente, quando possível, nos termos do artigo 16, da Resolução Conjunta nº 002/2015-PGJ/CGMP/RN, que instituiu o sistema denominado MP Virtual. Vejamos:

Art. 16. As petições e documentos físicos que derem ensejo à instauração de uma notícia de fato serão digitalizados para inserção no MP Virtual.

§ 1º O usuário que comparecer à unidade do Ministério Público, poderá tanto fornecer documento, que deverá ser digitalizado para inserção no sistema, como prestar informações verbais, que serão reduzidas a termo pelo servidor do Ministério Público.

§ 2º Os documentos físicos apresentados pelo interessado, após sua digitalização, conferência e juntada aos autos digitais, serão devolvidos à parte, mediante recibo de entrega, salvo determinação em contrário do Membro com atribuição para o feito.

§ 3º Findo o prazo de 45 dias, a contar do protocolo de entrada do documento no órgão ministerial, acaso o interessado não compareça à secretaria para buscá-lo, poderá o Membro com atribuição determinar a sua inutilização, mediante a formalização de termo circunstanciado.

§ 8º Os documentos que forem juntados eletronicamente em autos digitais e reputados manifestamente impertinentes pelo membro do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555.

Tel.: (84) 3232-7134/3232-7136 E-mail: cgmp@mprn.mp.br

Ministério Público poderão ter sua visualização tornada indisponível por expressa determinação ministerial.

Portanto, aqueles documentos físicos e petições que derem ensejo a uma notícia de fato ou digam respeito a procedimento já em curso na Promotoria de Justiça devem ser digitalizados, conferidos, inseridos no sistema e, em seguida, devolvidos ao interessado, mediante recibo de entrega, sem necessidade de serem arquivados na pasta de "correspondências recebidas".

Somente não serão devolvidos no mesmo momento os documentos físicos e as petições quando houver determinação do membro com atribuição para o feito ou a digitalização e inserção no sistema não puderem ser efetivadas naquele instante. Neste último caso, contar-se-á o prazo de até 45 dias da entrada do documento no Ministério Público para que o interessado compareça à Secretaria Ministerial para buscá-lo e, em não o fazendo, poderá o membro com atribuição determinar a sua inutilização, formalizando termo circunstanciado dessa ocorrência.

Em razão do exposto, respondendo objetivamente aos questionamentos formulados, não há necessidade de arquivamento na pasta de "correspondências recebidas" dos documentos (incluído aqui os ofícios) e petições que já foram digitalizados e inseridos para trâmite no sistema do MP Virtual e cuja permanência na Promotoria de Justiça não foi determinada pelo membro ministerial com atribuição.

Isso se dá porque os documentos digitalizados e juntados aos autos têm a mesma força probante dos originais, nos termos do artigo 17, *caput* e parágrafos, da Resolução Conjunta nº 002/2015-PGJ/CGMP/RN, como vemos a seguir:

Art. 17. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos autos digitais com garantia da origem e dos seus signatários, na forma estabelecida nesta Resolução, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1º Os documentos digitalizados e juntados aos autos têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555.

Tel.: (84) 3232-7134/3232-7136 E-mail: cgmp@mprn.mp.br

fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização, quando deverão ser tomadas as medidas legais pertinentes, cabendo ao usuário interno realizar a guarda e apresentação do documento suspeito de ter sido adulterado para quem de direito.

§ 2º Os documentos e outros meios de prova cuja digitalização seja tecnicamente inviável, permanecerão físicos na respectiva unidade, fazendo-se referência nos autos digitais com vinculação de volume físico.

§ 3º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser mantidos na secretaria pelo prazo de duração do feito, vinculados aos autos digitais.

2.2. DO LIVRO DE PRÓTOCOLO GERAL.

Como não há no âmbito do Ministério Público Potiguar nenhum ato normativo que regule o que seja "Livro de Protocolo Geral", devemos entendê-lo, diante da implantação do sistema do MP Virtual na Promotoria de Justiça, como um livro residual destinado ao protocolo em geral de feitos e expedientes que não se sujeitam a devolução ou encaminhamento específicos através das guias emitidas pelo sistema informatizado, ou, embora sujeito ao sistema do MP Virtual, este esteja inoperante no momento em que dele se necessite.

2.3. DOS LIVROS E DAS PASTAS DAS PROMOTORIAS REGIONAIS E COORDENAÇÕES DE PROMOTORIAS.

Questionou-se sobre a necessidade de se manter fisicamente todas as pastas e livros discriminados no artigo 53 do Regimento Interno da Corregedoria-Geral de Justiça, que são:

Art. 53. As Promotorias Regionais e Coordenações de Promotorias



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555.

Tel.: (84) 3232-7134/3232-7136 E-mail: cgmp@mprn.mp.br

deverão manter em arquivo:

I - pastas para o arquivamento de:

a) correspondências expedidas;

b) correspondências recebidas;

c) atas de reuniões;

d) documentos administrativos da Promotoria Regional ou Coordenação;

II - livros e/ou programas informatizados para o registro de:

a) protocolo geral;

b) recebimento e distribuição de notícias de fato/peças informativas;

c) atendimento ao público.

Bem, enquanto o Coordenador das Promotorias Locais ou Regionais não solicitar, através do Atende MP, a abertura no sistema do MP Virtual do acesso pela Coordenação ou pela Regional, as pastas e livros físicos continuarão existindo por força normativa do art. 53 citado.

Porém, a movimentação dos feitos e expedientes da Coordenação de Promotorias ou das Promotorias Regionais quando for feita através do sistema informatizado do MP Virtual, em analogia à disposição contida no § 9º do artigo 52 do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público, dispensará a grande maioria das pastas e livros físicos, permanecendo os mesmos hoje exigidos para as Promotorias de Justiça, à exceção da pasta de relatórios de transição, que são as pastas para o arquivamento de correspondências recebidas e documentos administrativos da Promotoria Regional ou Coordenação, além do livro de protocolo geral.

3. DA CONCLUSÃO.

Diante do exposto, nos termos do art. 16, III, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, esta Promotora Corregedora, integrante da Assessoria Especial de que trata o art. 32, § 1º, II,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555.

Tel.: (84) 3232-7134/3232-7136 E-mail: cgmp@mprn.mp.br

da Lei Complementar Estadual n. 141/1996, em resposta ao consulente e aos demais Promotores interessados, responde à consulta formulada em relação a alimentação das pastas e livros obrigatórios em Promotoria de Justiça, Promotoria Regional e Coordenação de Promotoria com a implantação do sistema do MP Virtual.

É o parecer que ora submeto à apreciação superior do Corregedor-Geral do Ministério Público do Rio Grande do Norte,

Natal, 15 de maio de 2018.


Mariana Rebello Cunha Melo de Sá
Promotora Corregedora IV



OBJETO: CONSULTA SOBRE ALIMENTAÇÃO DAS PASTAS E LIVROS OBRIGATÓRIOS EM PROMOTORIAS DE JUSTIÇA, PROMOTORIA REGIONAL E COORDENAÇÃO DE PROMOTORIA COM O MP VIRTUAL.


ANÍSIO MARINHO NETO
Corregedor-Geral do Ministério Público